



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Registro: 2015.0000670804

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Apelação nº 0003379-38.2010.8.26.0441, da Comarca de Peruíbe, em que é apelante CASA BAHIA COMERCIAL LTDA., é apelado LUIS ANTONIO PEREIRA CORREA (ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA).

ACORDAM, em 4ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Não conheceram do recurso e determinaram a remessa dos autos para redistribuição. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores FÁBIO QUADROS (Presidente sem voto), MAIA DA CUNHA E TEIXEIRA LEITE.

São Paulo, 10 de setembro de 2015.

HAMID BDINE

RELATOR

Assinatura Eletrônica



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Voto n. 11.109 - 4ª Câmara de Direito Privado.
Ap. com revisão n. 0003379-38.2010.8.26.0441.
Comarca: Peruíbe.
Apelante: CASA BAHIA COMERCIAL LTDA.
Apelado: LUIS ANTONIO PEREIRA CORREIA.
Juiz: Edison Yassuo Takase.

Responsabilidade civil. Acidente de trânsito envolvendo uma bicicleta e um caminhão que se encontrava parado, efetuando a descarga de mercadorias. Matéria de competência de outra subseção, de competência de uma das Câmaras componentes da Segunda Subseção de Direito Privado (art. 5º, III.15, da Resolução n. 693/2015). Recurso não conhecido, determinada a redistribuição.

A r. sentença de fs. 151/153, cujo relatório se adota, julgou procedente o pedido deduzido na inicial para condenar a ré ao pagamento de R\$ 14.480,00, a título de indenização por danos morais, em decorrência da lesão de natureza grave sofrida pelo autor com o acidente de trânsito descrito na inicial.

Inconformada, a ré apelou, sustentando que seu preposto tomou as cautelas necessárias para realizar o descarregamento das mercadorias e que o ciclista trafegava de forma irregular pela avenida, próximo ao caminhão, sem fazer uso dos equipamentos de segurança. Asseverou que o acidente ocorreu por culpa exclusiva da vítima e que seu preposto prestou os primeiros socorros ao autor, que posteriormente foi encaminhado ao Hospital, o que afasta seu dever de indenizar. Aduziu que a prova pericial produzida não constatou nenhuma

invalidez permanente, de modo que o autor não ficou com qualquer sequela do acidente, ressalvando que ocorrido foi uma fatalidade, mas que não houve demonstração da culpa de seu funcionário. Requereu, subsidiariamente, a redução do valor indenizatório arbitrado.

Recurso regularmente processado, com preparo (fs. 183/185) e contrarrazões (fs. 190/197).

É o relatório.

Trata-se de ação indenizatória decorrente de acidente de trânsito sofrido pelo autor enquanto trafegava de bicicleta pela Av. Padre Anchieta e foi atingido pela porta de um caminhão de propriedade da apelada que estava realizando a descarga de mercadorias.

O objeto da demanda envolve, portanto, discussão acerca de matéria de competência de outra subseção, pois se relaciona com " Ações de reparação de dano causado em acidente de veículo, ainda que envolvam a responsabilidade civil do Estado, concessionárias e permissionárias de serviços de transporte (...)", de competência de uma das Câmaras componentes da Terceira Subseção de Direito Privado (art. 5º, III.15, da Resolução n. 693/2015).

A questão já foi apreciada por este Tribunal em casos semelhantes:

“COMPETÊNCIA RECURSAL. ACIDENTE DE VEÍCULO. BICICLETA CONDUZIDA PELO AUTOR, QUE FOI ATINGIDO POR FIAÇÃO SUPOSTAMENTE INDEVIDAMENTE INSTALADA PELAS RÉS. A pretensão de indenização funda-se na alegada instalação indevida de fiação necessária pelas rés, da qual decorreu o acidente de veículo, entendida a bicicleta como veículo de passageiro de propulsão humana, de acordo com classificação disposta no art. 96 do Código de Trânsito Brasileiro. Daí se vê que a matéria recursal está inserida na competência da Terceira Subseção de Direito Privado deste Tribunal. Assim dispõe o art. 5º, inc. III.15, da Resolução nº 623/2013. Precedente do Órgão Especial deste Tribunal. Remessa dos autos determinada. Recurso não conhecido” (Ap. n. 9000410-42.2010.8.26.0037, rel. Des. Carlos Alberto Garbi, j. 26.8.2014).

No mesmo sentido: Ap. n. 0013085-69.2011.8.26.0066, rel. Des. Elcio Trujillo, j. 7.7.2015, Ap. n. 0010319-64.2009.8.26.0114, rel. Des. Ferreira Rodrigues, j. 23.3.2015 e Ap. n. 0001436-61.2013.8.26.0576, rel. Des. Spencer Almeida Ferreira, j. 4.3.2015.

Diante do exposto, NÃO SE CONHECE do recurso e determina-se a sua remessa para uma das Câmaras de Direito Privado que integram a Terceira Subseção.

Hamid Bdine
Relator